

A extração ilegal de mogno e outras madeiras nobres, na maioria dos casos, é feita em reservas como a Altamira (PA)

# A escravidão na Amazônia

*Exploração e assassinatos na rota do contrabando de madeiras nobres*

LARRY RHOTER  
 The New York Times

XINGUARA (PA) – Os recrutas se reúnem na rodoviária desta cidade suja na fronteira da Amazônia, à espera dos pobres e desesperados. Quando avistam algum, prometem emprego estável, bom salário, moradia grátis e muita comida. Um simples aperto de mãos sela o acordo.

Para muitos, é o começo de uma vida na escravidão. Somente depois que embarcam nos caminhões velhos que os levam para trabalhar com o corte de madeira ou manejo de gado em meio à selva é que descobrem estar afundados em dívidas, vigiados por homens armados e sem condições de fugir do local de trabalho.

“Foram 12 anos até que finalmente consegui escapar e retornar para casa”, conta Bernardo Gomes da Silva, 42 anos. “Éramos forçados a começar a trabalhar às seis da manhã e continuávamos às vezes até onze da noite”, rela-

ta. “Nunca fui pago, porque sempre alegavam que eu devia dinheiro”.

Em sua cidade natal, Barras, cerca de 970 quilômetros a leste de Xinguara, Gomes da Silva diz que os trabalhadores que causavam problemas, especialmente aqueles que pediam seu pagamento, às vezes eram simplesmente mortos.

“Não sei ler, e talvez por isso tenha recebido ordens de quem mar meia dúzia de documentos de identidade e carteiras de trabalho de trabalhadores que vi pela última vez na estrada, acho que indo embora”, continua. “Havia também pilhas de ossos na selva, mas ninguém falava disso”.

O Brasil foi o último país na América a abolir a escravidão, em 1888, e o trabalho forçado de negros e brancos con-

tinuou durante o século XX em algumas áreas rurais. Mas as autoridades governamentais admitem que, apesar dos esforços federais anunciados há 7 anos, continuam a surgir “formas contemporâneas de escravidão”, em que os trabalhadores são submetidos a trabalhos forçados e não são pagos.

As razões variam. Há desde fazendeiros mancomunados com autoridades locais corruptas até políticas de reforma agrária ineficazes e alto nível de desemprego.

Talvez o mais importante seja a crescente pressão para explorar e desenvolver a vasta fronteira agrícola da Amazônia para abastecer mercados estrangeiros com dois itens: madeira e carne.

Na selva, do lado oeste, fazem-se fortunas com a devas-

tação da floresta e a exploração do mogno e outras madeiras nobres de clima tropical, incluindo jatobá e ipê. Os Estados Unidos são os principais importadores do mogno brasileiro, e embora o desmatamento seja permitido apenas em 13 áreas designadas, o Greenpeace, grupo de defesa do meio ambiente, já listou quase uma centena de empresas que, de acordo com a entidade, contrabandearam mogno para atender à crescente demanda dos fabricantes americanos de móveis.

Empresas de móveis como a Ethan Allen e L&JG Stickley dizem que seu mogno é comprado apenas de “fornecedores que nos informam que cumprem com as práticas florestais vigentes”, como declara a Ethan Allen Interiors Inc. de Danbury, Connecticut.

A companhias reconhecem que não dispõem de monitores independentes e não acreditam que seja sua responsabilidade determinar a origem da madeira importada.

## Governo admite mortes na selva

ERICA KLING

BRASÍLIA – A denúncia de trabalho escravo no Brasil, estampada ontem na primeira página do jornal The New York Times (leia acima), causou constrangimento no governo federal e pode trazer prejuízos ao país.

Apesar de endossada pelo Chefe da Divisão Apoio à Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho, Cláudio Secchin, o relato do jornal americano irritou integrantes do governo, como o ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann. “Isso só pode ser uma piada”, reclamou. A maior preocupação é o extrativismo de madeiras valiosas, como mogno, como atividade na qual proliferam formas contemporâneas de trabalho escravo.

Os principais incentivos do trabalho forçado, segundo a reportagem, são acordos políticos entre fazendeiros e autoridades locais, a ineficiência da reforma agrária e os altos índices de desemprego.

Chocou o relato dramático de um trabalhador, Bernardo

Gomes da Silva, analfabeto, que viveu 12 anos em uma fazenda em condições típicas de um escravo. Ele contou que era obrigado a queimar documentos de trabalhadores que exigiam o pagamento dos salários.

Claudio Secchin, chefe da divisão de fiscalização do Ministério do Trabalho, confirma a ocorrência de mortes no trabalho escravo. “Por causa do crescente endividamento e das ameaças físicas, os trabalhadores chegam a perder a vida”, comentou.

A secretária de Inspeção do Trabalho, Vera Gonçalves, explica que o Ministério do Trabalho identifica três formas de trabalho irregular: documentação incorreta, situação precária e escravidão. O último se caracteriza pelo aliciamento de pessoas de outros estados,

principalmente no Piauí e Tocantins, que nunca recebem salários, compram comida na venda do proprietário da terra e são incentivados a consumir álcool. “Fazem tudo para mantê-los na fazenda”, afirma.

O governo não sabe quantos brasileiros vivem nessa situação. Até porque, para contabilizar é necessário encontrá-los. As fazendas de exploração de madeira ficam em lugares distantes, no meio da selva, são de difícil acesso e a fiscalização governamental é escassa.

Mas a Pastoral da Terra, da Igreja Católica, estima que 25 mil pessoas vivam nessa situação. Ano passado, o ministério liberou cerca de 1.600.

A extração de mogno é uma das principais atividades econômicas feitas a partir de mão de obra forçada. De acordo com o chefe do setor

de Fiscalização do Ibama, José Leland, são exportados 62 mil metros cúbicos da madeira por ano. Equivale a US\$ 62 milhões.

Os Estados Unidos são o principal centro de consumo. As denúncias de trabalho escravo no país podem acabar reforçando o lobby no Congresso americano para imposição de barreiras trabalhistas e ambientais às importações de produtos brasileiros. O governo George Bush está empenhado em aprová-las.

“A exploração do mogno está concentrada na mão de meia dúzia de pessoas”, diz Leland, do Ibama. Explica que 80% desse tipo de madeira é explorada em locais irregulares, dentro de reservas indígenas ou áreas públicas.

Desde outubro do ano passado, é proibido explorar mogno no Brasil, mas a madeira continua saindo do país graças às sucessivas decisões judiciais, liminares, obtidas por madeireiros nos tribunais da Amazônia.

*“Por causa do crescente endividamento e das ameaças físicas, os trabalhadores chegam a perder a vida”*

Claudio Secchin  
 chefe da fiscalização  
 do Ministério do Trabalho